

## ALERTA LEGAL

Claudinei Carvalho Recco<sup>1</sup>, Devison Gonçalves das Chagas<sup>1</sup>, Kassielly de Aguida Monteiro<sup>1</sup>,  
Valderei Alves Pires\*<sup>1</sup>, Ânderson de Araújo Neves<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Centro Universitário São Lucas, Porto Velho, Rondônia, Brasil

\*Autor correspondente: valderealves12@gmail.com

Com a crescente digitalização do sistema judiciário brasileiro, torna-se fundamental o desenvolvimento de soluções tecnológicas acessíveis, automatizadas e eficientes para o acompanhamento de processos judiciais. Nesse cenário, surge a ideia do projeto Alerta Legal, uma plataforma jurídica inovadora que tem como principal objetivo democratizar o acesso às comunicações processuais. A proposta é permitir que cidadãos, advogados e empresas acompanhem com simplicidade e precisão as movimentações de seus processos por meio de um sistema automatizado de alertas, o que contribui para a prevenção de perdas de prazos, redução de riscos jurídicos e otimização da gestão forense. O Alerta Legal adota uma estrutura de planos de assinatura escalonados, adequados a diferentes perfis de usuários. O Plano Free é gratuito, financiado por publicidade, voltado ao público geral e oferece notificações limitadas, acesso básico a conteúdos jurídicos e histórico processual de até três meses. O suporte técnico nesse plano é feito por uma comunidade virtual. O Plano Basic, com mensalidade de R\$ 49,90, destina-se a pessoas físicas interessadas em receber notificações ilimitadas de seus próprios processos, com histórico de até seis meses e suporte via chat ou e-mail. Para os profissionais da advocacia, há o Plano Basic+, com mensalidade a partir de R\$ 449,90, que oferece acesso a áreas especializadas do Direito, possibilidade de exportar relatórios e histórico processual de até doze meses. Já o Plano Premium, desenvolvido para empresas, tem mensalidade a partir de R\$ 1.499,90 e permite monitoramento de CNPJs, integração via API, relatórios avançados, suporte prioritário e acesso a até trinta e seis meses de histórico processual. A viabilidade financeira do projeto foi avaliada com base em um modelo de projeção de 24 meses, que considera taxas médias mensais de crescimento de usuários: 7,65% para o Plano Free, 9,56% para o Basic, 11,47% para o Basic+ e 12,34% para o Premium. A

receita do plano gratuito é estimada em R\$ 0,05 por usuário ao mês, com base em retorno publicitário, enquanto os planos pagos têm como referência o valor das assinaturas. O investimento inicial previsto é de R\$ 100 mil, que será destinado ao desenvolvimento da plataforma digital, aquisição de infraestrutura tecnológica, ações de marketing e contratação de equipe técnica qualificada. Os custos fixos mensais projetados somam R\$ 28.500, incluindo salários de desenvolvedores, suporte técnico, equipe de marketing, hospedagem da plataforma, licenças de softwares e despesas institucionais. Há também um custo variável estimado em R\$ 5,00 por usuário, referente ao uso de servidores, envio de notificações, acesso a APIs jurídicas e demais custos operacionais. A análise financeira indica que o ponto de equilíbrio do projeto deverá ser alcançado no décimo segundo mês de operação, quando as receitas totais superarão os custos fixos e variáveis. Ao final dos dois anos de projeção, espera-se que a plataforma conte com mais de 21 mil usuários, entre pessoas físicas e jurídicas. Apesar de representar uma parcela pequena da população brasileira (cerca de 0,0032%), essa base é suficiente para garantir a lucratividade do projeto, considerando o alto valor das assinaturas voltadas a advogados e empresas. O modelo de negócio foi estruturado para permitir escalabilidade sem perda de qualidade, combinando receita recorrente por assinaturas com monetização por publicidade, no caso do plano gratuito. A disponibilização do plano gratuito cumpre papel estratégico ao promover a inclusão digital e atuar como ferramenta de aquisição de novos usuários. Com a experiência de uso, espera-se que muitos migrem para planos pagos em busca de funcionalidades adicionais. A segmentação dos perfis de usuários – público geral, advogados e empresas – permite a adoção de estratégias de marketing mais eficazes e comunicação personalizada, o que contribui para aumentar a taxa de retenção e o valor do tempo de vida do cliente (LTV). Além da viabilidade financeira, o Alerta Legal apresenta um impacto social relevante ao facilitar o acesso seguro e autônomo de cidadãos a informações judiciais. Isso fortalece a cidadania e o direito à informação. Para advogados, a ferramenta representa um apoio eficaz na gestão de prazos e processos. Para empresas, o sistema automatizado facilita o controle de litígios, economiza tempo e reduz riscos jurídicos, gerando maior eficiência operacional. Com isso, o Alerta Legal se posiciona como uma legaltech moderna, acessível e funcional, que oferece soluções práticas para diferentes públicos do ecossistema jurídico. Em suma, o Alerta Legal é uma plataforma digital com potencial promissor, sustentada por um modelo de negócios escalável, baseado em assinaturas e publicidade. O projeto alia impacto social e retorno financeiro,

demonstrando que é possível desenvolver uma solução tecnológica acessível, útil e financeiramente sustentável. Com investimento inicial moderado e projeções sólidas de crescimento, a plataforma tem condições de se consolidar como referência no mercado jurídico digital brasileiro.

**Palavras-Chaves:** Processos. Monitoramento. Acesso à informação.